e-ISSN: 2177-8183

ACOMPANHAMENTO DA CONSTRUÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS ADAPTADOS NO CURSO DE PEDAGOGIA: UM RELATO DE MONITORIA

MONITORING THE DEVELOPMENT OF ADAPTED EDUCATIONAL RESOURCES IN THE PEDAGOGY COURSE: A MONITORING REPORT

SEGUIMIENTO DEL DESARROLLO DE RECURSOS EDUCATIVOS ADAPTADOS EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA: UN INFORME DE SEGUIMIENTO

Júlio César Ferreira Rocha
juliorocha2001@aluno.uespi.br
Graduando em Licenciatura Plena em Pedagogia
Uespi Piripiri - PI

Misael Carlos do Nascimento Neto
misaelneto@prp.uespi.br
Mestre em Psicologia - Práticas e Inovação em Saúde Mental
Professor da Universidade Estadual do Piauí - UESPI Piripiri - PI

RESUMO

Discute a inclusão educacional da pessoa com deficiência a partir da análise de uma experiência de monitoria desenvolvida na disciplina Psicologia da Educação II, do curso de Pedagogia de uma universidade pública no primeiro semestre de 2025. O estudo tem como objetivo relatar o processo de acompanhamento dos alunos na construção de recursos pedagógicos, articulando fundamentos legais, conceituais e vivências práticas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada como relato de experiência de natureza descritiva e reflexivo-analítica, fundamentada na observação participante, na qual o monitor atuou diretamente no acompanhamento, mediação e registro das atividades. Participaram da experiência 18 estudantes, organizados em grupos, responsáveis pela elaboração de materiais pedagógicos voltados a diferentes tipos de deficiência. O corpus de análise constituiu-se de registros em diário de campo e anotações reflexivas produzidas ao longo das etapas de estudo teórico, planejamento, construção e socialização dos recursos. Os resultados indicam que a atividade favoreceu a articulação entre teoria e prática, ampliou a compreensão acerca da acessibilidade curricular e contribuiu para o desenvolvimento de uma postura pedagógica crítica e inclusiva. Conclui-se que experiências formativas dessa natureza, tanto da monitoria quanto da construção de

recursos, fortalecem a preparação docente para atuar em contextos educacionais inclusivos.

Palavras-chave: Recursos pedagógicos adaptados. Formação inicial docente. Educação inclusiva. Monitoria universitária.

ABSTRACT

This study discusses the educational inclusion of people with disabilities based on an analysis of a monitoring experience developed in the Psychology of Education II course of the Pedagogy program at a public university in the first semester of 2025. The study aims to report on the process of accompanying students in the construction of pedagogical resources, articulating legal and conceptual foundations with practical experiences. It is a qualitative research study, characterized as a descriptive and reflective-analytical experience report, based on participant observation, in which the monitor acted directly in the monitoring, mediation, and recording of activities. Eighteen students participated in the experience, organized into groups, responsible for developing pedagogical materials aimed at different types of disabilities. The corpus of analysis consisted of field diary entries and reflective notes produced throughout the stages of theoretical study, planning, construction, and socialization of the resources. The results indicate that the activity fostered the connection between theory and practice, broadened the understanding of curricular accessibility, and contributed to the development of a critical and inclusive pedagogical approach. It is concluded that formative experiences of this nature, both in monitoring and in the creation of resources, strengthen teacher preparation for working in inclusive educational contexts.

Keywords: *Adapted pedagogical resources; Initial teacher education; Inclusive education; University monitoring.*

RESUMEN

Este estudio aborda la inclusión educativa de personas con discapacidad a partir del análisis de una experiencia de acompañamiento desarrollada en el curso de Psicología de la Educación II del programa de Pedagogía de una universidad pública durante el primer semestre de 2025. El estudio busca informar sobre el proceso de acompañamiento a estudiantes en la construcción de recursos pedagógicos, articulando fundamentos legales y conceptuales con experiencias prácticas. Se trata de una investigación cualitativa, caracterizada por un relato de experiencia descriptiva y reflexivo-analítica, basada en la observación participante, en la que el monitor intervino directamente en el seguimiento, la mediación y el registro de las actividades. Dieciocho estudiantes participaron en la experiencia, organizados en grupos,

responsables de desarrollar materiales pedagógicos dirigidos a diferentes tipos de discapacidad. El corpus de análisis consistió en anotaciones de diario de campo y notas reflexivas producidas a lo largo de las etapas de estudio teórico, planificación, construcción y socialización de los recursos. Los resultados indican que la actividad fomentó la conexión entre la teoría y la práctica, amplió la comprensión de la accesibilidad curricular y contribuyó al desarrollo de un enfoque pedagógico crítico e inclusivo. Se concluye que experiencias formativas de esta naturaleza, tanto en el seguimiento como en la creación de recursos, fortalecen la preparación docente para el trabajo en contextos educativos inclusivos.

Palabras clave: Recursos pedagógicos adaptados; Formación inicial docente; Educación inclusiva; Monitoría universitaria.

INTRODUÇÃO

No cenário educacional contemporâneo, a inclusão da pessoa com deficiência ainda se apresenta como um desafio que exige esforços contínuos de transformação das práticas escolares e das próprias concepções pedagógicas. Garantir o direito à aprendizagem e à participação plena desses sujeitos ultrapassa a ideia de simples acesso físico às instituições de ensino, implicando a necessidade de promover condições concretas de acessibilidade pedagógica, atitudinal e curricular (Luz, 2023). Nesse contexto, os recursos pedagógicos adaptados emergem como instrumentos fundamentais, capazes de mediar a relação entre o estudante e o conhecimento, assegurando equidade no processo educativo.

Embora os marcos legais brasileiros assegurem o direito à educação inclusiva, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), a efetivação desses direitos depende, em grande medida, da formação inicial de professores comprometidos com a diversidade e preparados para desenvolver práticas pedagógicas acessíveis. Nesse sentido, a universidade assume papel central na constituição de experiências formativas que articulem teoria e prática no campo da inclusão.

O presente artigo tem como objetivo relatar o processo de acompanhamento do monitor da construção de recursos pedagógicos por parte dos alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia, articulando fundamentos legais, conceituais e vivências práticas.

A investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e reflexivo-analítica, configurando-se como relato de experiência fundamentado na observação sistemática e no acompanhamento da atividade formativa proposta, articulando fundamentos teóricos com a observação e acompanhamento direto de uma atividade acadêmica voltada à criação de materiais acessíveis.

Ao examinar essa experiência, busca-se evidenciar suas implicações para a formação docente e para a consolidação de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da educação inclusiva.

O texto está estruturado em quatro seções principais: inicialmente, apresenta-se a fundamentação legal e conceitual acerca da deficiência e da inclusão; em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos e o contexto da experiência; posteriormente, discutem-se os resultados e suas implicações para a formação docente; por fim, expõem-se as considerações finais, que sintetizam os achados e apontam recomendações para a ampliação de práticas inclusivas no âmbito educacional.

Inclusão Educacional e os conceitos de deficiência

A educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado garantir seu acesso com igualdade de condições a todos os cidadãos. O artigo 205 da Constituição estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade", tendo como finalidade "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Esse

preceito reforça a ideia de que nenhuma pessoa deve ser excluída do processo educativo, o que inclui, de forma inequívoca, as pessoas com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) complementa esse princípio ao estabelecer, em seu artigo 4º, inciso III, que é dever do Estado assegurar "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Essa diretriz marca um avanço ao indicar que a inclusão deve acontecer no ambiente escolar comum, com suporte pedagógico adequado, e não mais em instituições segregadas ou em sistemas paralelos de ensino.

Com o avanço da luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei amplia as garantias constitucionais ao tratar de forma detalhada o direito à educação em seu artigo 28, que determina que "é assegurado à pessoa com deficiência o acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas", incluindo "adaptações razoáveis, fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado" sempre que necessário. A LBI fortalece o entendimento da inclusão como uma obrigação do poder público, estabelecendo parâmetros claros para a efetivação da acessibilidade em todos os níveis de ensino.

No âmbito das políticas públicas específicas, destaca-se ainda a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), elaborada pelo Ministério da Educação, que define como princípio a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas, nas escolas regulares. A política orienta as redes de ensino quanto à organização de sistemas educacionais capazes de atender à diversidade, com foco na eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas.

Dessa forma, a inclusão educacional da pessoa com deficiência não se trata de um favor ou concessão, mas de um direito respaldado por um conjunto robusto de legislações e políticas públicas. Para que esse direito se realize na prática, entretanto,

é necessário mais do que a previsão legal: exige-se ação pedagógica concreta, intencional e contínua, com o apoio de recursos pedagógicos adaptados às necessidades dos estudantes.

Nesse contexto, compreender o conceito de deficiência é fundamental, pois sua definição passou por transformações significativas ao longo do tempo, refletindo mudanças sociais, políticas e epistemológicas. Inicialmente vista sob uma perspectiva estritamente médica, centrada na patologia e na limitação do indivíduo, a deficiência passou a ser entendida, progressivamente, por meio de uma abordagem biopsicossocial, que considera a interação entre as características pessoais e as barreiras impostas pelo meio. Essa perspectiva, adotada pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial da Saúde, entende a deficiência como o resultado da interação entre pessoas com limitações e um ambiente que não está preparado para acolhê-las de forma plena.

Nesse modelo, a deficiência deixa de ser um atributo exclusivo do sujeito e passa a ser percebida como construída socialmente, a partir da ausência de acessibilidade, das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas (Luz, 2023). Ou seja, não é a condição física, sensorial ou intelectual que determina a deficiência em si, mas sim o grau em que o ambiente e a sociedade respondem, ou não, a essas condições com equidade. Essa mudança de paradigma é essencial para fundamentar políticas educacionais inclusivas, nas quais o foco se desloca da adaptação do aluno para a reconfiguração do espaço educativo como um todo.

A inclusão, por sua vez, deve ser compreendida não como um ponto de chegada, mas como um processo em permanente construção. Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar implica revisar constantemente a estrutura e a dinâmica da instituição, de modo que a diversidade seja tratada como elemento enriquecedor do processo educativo. Para a autora, esse movimento questiona a ideia de escola homogênea e exige práticas que consigam atender diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem.

Stainback e Stainback (1999) também reforçam essa visão processual da inclusão, ao defenderem que a escola deve ser um espaço onde todos aprendem juntos, independentemente de suas capacidades, em ambientes colaborativos e respeitosos. Eles propõem uma educação centrada no aluno e não nos conteúdos, em que as diferenças são acolhidas como parte do processo natural de aprendizagem, e não como obstáculos.

Vygotsky (1994), ainda que em um período anterior ao debate atual sobre inclusão, destaca a aprendizagem como um processo essencialmente social e mediado. Seu conceito de zona de desenvolvimento proximal ressalta a relevância da interação com o outro para a construção do conhecimento, o que, aplicado à inclusão escolar, evidencia a necessidade de estratégias diferenciadas, recursos adaptados e apoio especializado.

Nessa direção, ele aponta que desenvolvimento da criança com deficiência envolve tanto os limites impostos por sua condição orgânica quanto a possibilidade de criar formas alternativas de adaptação. Essa busca de compensações ocorre, sobretudo, no âmbito cultural, que passa a assumir papel central em seu processo de aprendizagem (Vygotsky, 2011).

Compreender a deficiência sob a ótica biopsicossocial e a inclusão como um processo contínuo de transformação da escola exige reconhecer a urgência de práticas pedagógicas que promovam equidade. Essa transformação envolve, necessariamente, a formação de professores, a eliminação de barreiras e o uso de estratégias capazes de garantir acesso à aprendizagem. Nesse cenário, os recursos pedagógicos adaptados assumem lugar de destaque, pois não se tratam de simples acessórios do ensino, mas de instrumentos estruturantes que mediam a relação entre o conhecimento e o estudante com deficiência. Ao possibilitar participação, expressão e desenvolvimento pleno, esses recursos respeitam as singularidades dos sujeitos e promovem equidade no acesso ao saber.

A mediação pedagógica, à luz de Vygotsky (1994), é entendida como a interação intencional que permite que o sujeito se aproprie de saberes por meio de

instrumentos; sejam eles linguísticos, culturais, sociais ou materiais. No caso da inclusão, os recursos pedagógicos adaptados e as tecnologias assistivas constituem esses instrumentos fundamentais. Exemplos incluem livros em braile, pranchas de comunicação alternativa, softwares leitores de tela, materiais com texturas, jogos acessíveis, vídeos com Libras e legendas, além de equipamentos de apoio para mobilidade.

O planejamento dos recursos precisa contemplar diferentes dimensões de acessibilidade. Isso significa ir além dos aspectos físicos e comunicacionais, envolvendo também a acessibilidade pedagógica — ou seja, a organização do conteúdo, atividades e formas de avaliação de modo a respeitar e atender à diversidade de maneiras de aprender. Isso nos leva ao conceito de acessibilidade curricular, que pressupõe a flexibilização dos conteúdos, metodologias, tempos e espaços de aprendizagem, de modo a atender aos diferentes perfis dos estudantes. Essa acessibilidade está prevista na Política Nacional de Educação Inclusiva (2008), que orienta as escolas a desenvolverem práticas que respeitem os princípios da equidade e da aprendizagem significativa para todos.

Nesse sentido, a didática inclusiva surge como um campo de prática e reflexão pedagógica que busca estratégias metodológicas capazes de incluir, no mesmo espaço escolar, alunos com e sem deficiência. Ela parte do reconhecimento de que as diferenças não devem ser tratadas como exceção, mas como base para o planejamento educacional. O uso de recursos adaptados torna-se, assim, um reflexo da concepção de ensino que valoriza a pluralidade, promovendo ambientes onde todos possam aprender com dignidade e autonomia.

A efetividade dos recursos pedagógicos depende também da intencionalidade do educador, da sua formação, sensibilidade e capacidade de observar as necessidades de seus alunos. Nesse processo, o diálogo com os próprios estudantes, com as famílias e com os profissionais de apoio é fundamental para que os recursos não sejam padronizados ou genéricos, mas sim construídos com base nas reais demandas dos sujeitos.

Portanto, os recursos pedagógicos devem ser compreendidos como instrumentos ético-políticos, que contribuem para a concretização de um projeto educativo comprometido com os direitos humanos e com a justiça social. Ao garantir acesso, expressão e participação, eles não apenas facilitam o aprendizado, mas também afirmam o lugar da pessoa com deficiência como sujeito ativo no espaço escolar.

Diante desse cenário, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: Como se deu a experiência de acompanhar o processo de construção de recursos pedagógicos de alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia através de uma monitoria universitária, articulando fundamentos legais, conceituais e vivências práticas?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolveu-se por meio de uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como um relato de experiência de natureza descritiva e reflexivo-analítica, realizada na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus de Piripiri-PI, durante o desenvolvimento da disciplina Psicologia da Educação II, no curso de Licenciatura em Pedagogia, no primeiro semestre de 2025.

Participaram da experiência 18 estudantes regularmente matriculados na disciplina, organizados em 8 grupos. A atividade proposta pelo docente consistiu na elaboração de recursos pedagógicos adaptados para diferentes tipos de deficiência, tendo como referência os fundamentos legais e teóricos previamente discutidos em sala de aula bem como a legislação educacional vigente, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Os estudantes foram organizados em grupos e incumbidos de criar materiais que contemplassem aspectos de acessibilidade

curricular e pedagógica, relacionando teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.

Durante a execução, foram realizadas leituras orientadas, diálogos coletivos e observações sistemáticas registradas por meio de diário de campo e anotações reflexivas, que constituíram o corpus de análise deste estudo. O desenvolvimento da atividade ocorreu em três etapas: (1) estudo teórico orientado; (2) planejamento e construção dos recursos pedagógicos; (3) socialização e análise coletiva dos materiais produzidos.

Os registros produzidos ao longo da experiência serviram de base para a reflexão proposta neste artigo, articulando os resultados da prática com a literatura especializada por meio de organização temática das reflexões, buscando identificar categorias relacionadas à articulação entre teoria e prática, aos desafios da inclusão escolar e às potencialidades formativas da atividade proposta. No que se refere aos procedimentos de coleta de dados, adotou-se a observação participante, uma vez que houve inserção direta no contexto investigado, com acompanhamento dos grupos, mediação das discussões e registro sistemático das interações e produções dos estudantes. Nessa perspectiva, o pesquisador integra-se ao fenômeno estudado, participando ativamente do processo e possibilitando compreensão aprofundada das dinâmicas formativas estabelecidas. O papel da monitoria consistiu no acompanhamento dos grupos, mediação das discussões e apoio na fundamentação teórica dos recursos desenvolvidos.

Monitoria no acompanhamento da criação dos recursos

A proposta analisada surgiu como estratégia didático-pedagógica voltada à articulação entre teoria e prática, estimulando os discentes a refletirem de forma crítica e criativa sobre os desafios da inclusão escolar e sobre o papel dos recursos pedagógicos na superação de barreiras educacionais. Nesse contexto, a atividade consistiu na vivência de um exercício de planejamento inclusivo, no qual os futuros

professores foram instigados a identificar necessidades específicas de aprendizagem, adaptar materiais e propor soluções acessíveis e sensíveis à realidade de alunos com deficiência, em consonância com a perspectiva biopsicossocial e com os princípios éticos da educação inclusiva.

Para a realização da atividade, os alunos foram organizados em grupos colaborativos, compostos de forma heterogênea. Cada grupo recebeu uma categoria de deficiência a ser estudada e trabalhada: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência motora, deficiência intelectual e deficiência múltipla (Honora; Frizanco, 2019). A escolha da divisão por áreas específicas teve como finalidade permitir um aprofundamento maior sobre as características e necessidades de cada grupo de estudantes com deficiência, favorecendo, assim, a elaboração de propostas pedagógicas mais coerentes e aplicáveis.

A atividade previa que cada grupo criasse um recurso pedagógico adaptado, considerando um conteúdo escolar específico, à escolha do grupo, e as particularidades da deficiência atribuída. Para isso, os discentes deveriam dialogar com os fundamentos legais e teóricos já trabalhados em sala, bem como se apoiar em leituras orientadas que abordam de forma clara e acessível os aspectos físicos, cognitivos, sociais e comunicacionais associados a diferentes deficiências.

Durante o planejamento, foi incentivado que os estudantes refletissem não apenas sobre a funcionalidade dos recursos, mas também sobre sua viabilidade prática, adaptação de linguagem, adequação pedagógica e potencial inclusivo. A proposta demandava envolvimento ativo, trabalho em equipe e criatividade, ao mesmo tempo em que estimulava uma postura empática e crítica diante da realidade educacional brasileira. Essa compreensão dialoga com experiências formativas que evidenciam que a produção de recursos pedagógicos acessíveis exige planejamento articulado, diálogo entre diferentes profissionais e organização intencional dos processos de trabalho, reforçando que a acessibilidade não ocorre de forma improvisada, mas demanda colaboração e responsabilidade coletiva (Santos; Bastos; El Uri, 2023).

Enquanto monitor da disciplina, o primeiro autor participou desde a etapa inicial de estruturação da atividade, auxiliando na mediação entre professor e discentes e das apresentações que viriam posteriormente. Essa posição de observador-participante foi fundamental para que pudesse acompanhar de perto a evolução dos grupos, a consolidação das ideias e os processos de tomada de decisão pedagógica dos estudantes ao longo do trabalho.

A fase de criação dos recursos pedagógicos foi o momento mais dinâmico e expressivo da atividade, quando os discentes puderam transformar teoria em prática, refletindo sobre as necessidades específicas dos alunos com deficiência e elaborando materiais que promovessem acessibilidade e interação. Cada grupo, conforme a deficiência sorteada previamente, pensou de maneira criativa em soluções pedagógicas acessíveis, demonstrando envolvimento, empatia e compreensão das barreiras que precisam ser superadas no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os materiais produzidos, destacou-se o Kit Libras, desenvolvido para alunos com deficiência auditiva. O kit continha fichas com o alfabeto em Libras, imagens associadas a sinais e brincadeiras de “descobrir a palavra” por meio dos sinais, incentivando o reconhecimento visual e a associação entre imagem e linguagem de sinais. Além disso, uma lousa mágica foi incorporada ao kit para tornar o processo mais lúdico e dinâmico, permitindo que os alunos construíssem palavras e praticassem os sinais de forma interativa.

Outro recurso de destaque foi o “Formando Palavras”, voltado à deficiência intelectual. Ele consistia em um portfólio com kits de atividades para montagem de palavras com o uso de símbolos, letras móveis e ilustrações, facilitando o processo de construção da linguagem escrita. O recurso permitia que a criança aprendesse de

forma visual e concreta, promovendo a autonomia e o raciocínio linguístico por meio de associações e manipulações.

Na área da matemática, dois recursos se mostraram altamente funcionais e adaptáveis. O primeiro, chamado “Jogo da Matemática”, voltado para crianças com deficiência intelectual ou múltipla, e buscava estimular a contagem com o uso dos dedos e elementos visuais em um tabuleiro interativo. Já o segundo, chamado “Calculando”, envolvia peças que exigiam movimentos de enroscar e manipular enquanto se resolviam operações básicas, o que contribuía também para o desenvolvimento da coordenação motora fina.

Para o desenvolvimento do pensamento lógico e da percepção visual, um grupo criou o “Dominó Interativo”, com peças que apresentavam formas geométricas em relevo e cores variadas, possibilitando o uso por crianças com deficiência visual ou intelectual. O jogo seguia a lógica tradicional do dominó, mas com adaptações para acessibilidade sensorial e tátil.

Alguns recursos foram planejados especialmente para o desenvolvimento da percepção tátil e da alfabetização em braile. Um exemplo disso foi o “Text Form”, um material composto por peças com diferentes texturas que a criança deveria parear de acordo com a semelhança. O “Alfabeto em Braille”, por sua vez, era um painel com todas as letras do alfabeto adaptadas para leitura tátil, permitindo à criança o reconhecimento das letras por meio do toque, o que favorecia tanto o letramento como a consciência fonológica.

Outra proposta de destaque foi o “Jogo da Memória Tátil”, desenvolvido também com foco na deficiência visual. Ao invés de figuras ou cores, as peças apresentavam texturas variadas, como algodão, feijão, tampinhas de garrafas e tecido, que deveriam ser pareadas com base na semelhança tátil. O jogo promovia não apenas a memória sensorial, mas também o desenvolvimento de vocabulário.

Por fim, um dos materiais mais completos foi a “Caixa Mágica em Libras”, também voltada para crianças surdas. A caixa continha peças com imagens associadas à Libras, um jogo de cartaz (Uno) em Libras, Imagem com expressões

faciais de emoções, e painéis laterais com atividades de comunicação alternativa. A proposta era que a criança pudesse explorar livremente os elementos da caixa, desenvolvendo habilidades linguísticas, emocionais e sociais ao mesmo tempo.

Ao longo do processo de criação, os discentes demonstraram não apenas domínio crescente dos conteúdos da disciplina, mas também engajamento e sensibilidade para compreender a inclusão como responsabilidade coletiva e pedagógica. Como monitor, foi possível acompanhar de perto a construção dos recursos, observando como os grupos dialogavam, adaptavam ideias e buscavam soluções criativas que extrapolavam o conteúdo teórico. A prática evidenciou que, quando desafiados com empatia e propósito, os futuros professores são capazes de propor caminhos inovadores para garantir o direito à aprendizagem de todos os alunos.

A realização da atividade de criação de recursos pedagógicos adaptados revelou-se, desde o início, uma experiência significativa tanto do ponto de vista formativo quanto humano. Observou-se elevado nível de engajamento por parte dos estudantes, que demonstraram comprometimento, criatividade e sensibilidade ao lidarem com os desafios impostos pelo exercício. O caráter prático da proposta parece ter mobilizado nos discentes não apenas o conhecimento teórico já discutido em sala de aula, mas também uma postura ativa de pesquisa, escuta e colaboração entre os colegas.

Durante os encontros, evidenciou-se que a construção dos materiais exigiu mais do que domínio conceitual: demandou empatia, capacidade de planejamento pedagógico e atenção às múltiplas dimensões da acessibilidade. Os grupos se dedicaram à elaboração dos recursos com zelo e interesse, testando ideias, adaptando materiais do cotidiano, pesquisando formas alternativas de comunicação e buscando adequar os jogos e propostas ao público-alvo de maneira coerente. Em muitas situações, foi notável o cuidado dos estudantes em incluir aspectos afetivos e culturais nas suas criações, pensando não apenas na funcionalidade, mas também na estética, ludicidade e potencial de engajamento das crianças.

Contudo, a atividade também evidenciou alguns desafios importantes. Um dos principais foi a dificuldade inicial dos discentes em compreender, com profundidade, a natureza das barreiras que os alunos com deficiência enfrentam na escola. Muitos associavam a deficiência apenas às limitações individuais, e não às barreiras estruturais e pedagógicas impostas pelo ambiente. Nesse sentido, foi necessário retomar a perspectiva biopsicossocial e provocar reflexões mais amplas sobre o papel da escola na reprodução ou superação dessas barreiras.

Outro desafio recorrente foi o equilíbrio entre criatividade e aplicabilidade. Alguns grupos criaram ideias muito interessantes, mas que precisaram ser ajustadas para se tornarem de fato acessíveis e funcionais. Nesses momentos, a mediação da monitoria foi fundamental para ajudar os estudantes a pensarem a partir da realidade da criança com deficiência. Refletir sobre como ela vê, sente, ouve, compreende e como ela interage com o mundo. Essa postura crítica e empática foi se consolidando ao longo da atividade, mostrando-se um ganho pedagógico importante para a formação docente. Nessa linha, Smith e Tyler (2011) destacam que práticas pedagógicas inclusivas efetivas exigem dos professores não apenas conhecimento teórico, mas também estratégias concretas de ensino que respondam às necessidades específicas de cada estudante, aspecto que se refletiu nos recursos elaborados pelos discentes.

A atividade proposta revelou resultados significativos tanto no aspecto formativo quanto no desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre inclusão escolar. Os estudantes, ao elaborarem recursos pedagógicos adaptados a diferentes tipos de deficiência, mobilizaram criatividade, empatia e conhecimentos teóricos previamente discutidos em sala. Entre os materiais produzidos, destacaram-se kits em Libras, jogos voltados para o desenvolvimento lógico e da linguagem, recursos em braile, jogos táteis e propostas adaptadas à deficiência intelectual. Esses produtos evidenciam a possibilidade de transformar teoria em prática pedagógica inclusiva, reforçando a ideia de que a diversidade deve ser tratada como ponto de partida para o planejamento educacional.

A prática demonstrou também os desafios enfrentados pelos discentes. Muitos, inicialmente, associaram a deficiência apenas às limitações individuais, sem considerar as barreiras estruturais e pedagógicas impostas pelo ambiente escolar. Essa percepção foi gradualmente ressignificada à luz da perspectiva biopsicossocial, em consonância com os apontamentos de Luz (2023) e da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), que entendem a deficiência como resultado da interação entre sujeito e meio.

No confronto com a literatura, observa-se que os achados dialogam com Mantoan (2003), ao reforçar que a inclusão não se restringe à inserção do aluno no espaço escolar, mas exige a transformação das práticas pedagógicas. De modo semelhante, Stainback e Stainback (1999) defendem que ambientes colaborativos, como os grupos formados na atividade, favorecem a aprendizagem mútua e respeitosa, valorizando as diferenças como fonte de enriquecimento. A proposta também se aproxima da perspectiva Vygotskiana (1994), na medida em que os recursos criados funcionaram como instrumentos de mediação simbólica, ampliando a zona de desenvolvimento proximal dos estudantes e promovendo aprendizagens significativas.

Além disso, os resultados apontam para a relevância da didática inclusiva como campo em construção. O processo criativo dos alunos revelou que os recursos pedagógicos não devem ser vistos como meros acessórios, mas como instrumentos estruturantes para a promoção da equidade. Tal perspectiva dialoga com estudos que destacam a centralidade dos procedimentos pedagógicos e da mediação docente como fatores essenciais para garantir o direito à aprendizagem dos alunos com deficiência (Nunes; Braun; Walter, 2011).

Portanto, a experiência analisada evidencia que práticas formativas que unem teoria e prática contribuem de forma expressiva para a consolidação de uma cultura inclusiva no contexto escolar. Ao mesmo tempo em que os discentes ampliaram sua compreensão sobre os direitos das pessoas com deficiência, desenvolveram

competências pedagógicas fundamentais, como planejamento, adaptação e empatia, indispensáveis para o exercício da docência em uma perspectiva democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada permitiu constatar, no âmbito da disciplina Psicologia da Educação II, que a elaboração de recursos pedagógicos adaptados constitui um dispositivo formativo com potencial para promover aprendizagens significativas e consolidar práticas inclusivas na formação inicial docente. aprendizagens significativas e consolidar práticas inclusivas na formação inicial docente. Os resultados observados a partir dos registros de observação e das apresentações dos estudantes evidenciaram que atividades que unem teoria e prática possibilitam aos estudantes desenvolver empatia, criatividade, senso crítico e capacidade de adaptação conforme identificado nas discussões coletivas e justificativas apresentadas pelos grupos, competências indispensáveis para enfrentar os desafios da educação inclusiva.

Verificou-se no contexto específico da turma investigada que os recursos produzidos dialogam diretamente com princípios legais e conceituais da inclusão, reafirmando que a acessibilidade não se limita ao aspecto físico, mas envolve dimensões curriculares, pedagógicas e atitudinais. Ao mesmo tempo, a prática revelou desafios quanto à compreensão das barreiras estruturais que impactam os alunos com deficiência, especialmente no que se refere à identificação de barreiras atitudinais e institucionais, apontando para a necessidade de aprofundar reflexões no processo formativo.

A atividade de criação de recursos pedagógicos adaptados contribuiu não apenas para a consolidação do conhecimento teórico sobre inclusão, mas também para o desenvolvimento de uma postura ética e comprometida com a diversidade segundo registros reflexivos produzidos ao longo da atividade. Nesse sentido,

recomenda-se a ampliação de propostas semelhantes nos cursos de licenciatura de forma sistematizada e articulada às disciplinas de estágio e prática pedagógica, de modo a fortalecer a formação de professores capazes de assegurar, na prática, o direito à educação de qualidade para todos.

Ao final do processo, evidenciou-se a partir das manifestações verbais registradas durante as apresentações finais que a proposta favoreceu uma compreensão prática mais concreta, substituindo uma compreensão abstrata por uma visão mais concreta e aplicável do conceito de inclusão. Para muitos estudantes, a atividade foi o primeiro contato real com a necessidade de adaptar metodologias, repensar recursos e considerar a diversidade como ponto de partida, e não como exceção, no planejamento pedagógico. Vários relatos espontâneos anotados em diário de campo evidenciaram a mudança de perspectiva: estudantes que inicialmente viam a inclusão como um desafio intransponível passaram a enxergá-la como um processo possível desde que sustentado por formação adequada e intencionalidade pedagógica.

Além disso, a experiência reforçou a ideia de que recursos pedagógicos acessíveis não são ferramentas genéricas, mas construções específicas e intencionais, profundamente ligadas ao contexto e às necessidades dos sujeitos envolvidos, o que foi observado na diversidade de estratégias apresentadas pelos grupos. Nesse sentido, a atividade permitiu um espaço de experimentação formativa, preparando os futuros professores para atuarem de forma mais consciente e crítica em suas práticas profissionais no limite do recorte empírico analisado, sem pretensão de generalização ampla.

Os alunos puderam então responder a uma convocação à abertura inventiva do fazer pedagógico, não como reprodução técnico-fabril de recursos em larga escala, mas como produção situada, uma espécie de techné (Feijoó, 2004) pensada de modo específico para auxiliar alunos em seu processo de ensino-aprendizagem, conceito compreendido aqui como saber-fazer contextualizado e não como mera técnica instrumental, explicitando seu sentido teórico.

e-ISSN: 2177-8183

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (*Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação*. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

FEIJOÓ, Ana Maria Lopes Calvo. A psicologia clínica: técnica e techné. *Psicologia em Estudo*, *Maringá*, v. 9, n. 1, p. 87-93, 2004.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary L. *Esclarecendo as deficiências*: aspectos teóricos e práticos para contribuir para uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

LUZ, Karla Daniele A. *A inclusão começa em mim*: crônicas inclusivas. 1. ed. Petrolina, PE: Oxente, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar*: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula; BRAUN, Patrícia; WALTER, Eliane Matesco Cristino. Procedimentos e recursos de ensino para o aluno com deficiência intelectual: mapeamento da produção científica. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, n. 3, p. 389-406, set./dez. 2011.

SANTOS, Giovana Brizolla Algarve; BASTOS, Maycol Paixão; EL URI, Míriam Barreto. Práticas em acessibilidade de recursos pedagógicos através do trabalho coletivo. In: MARTINS, Claudete da Silva Lima (org.). Produção de recursos pedagógicos acessíveis: reflexões teórico-práticas na formação acadêmico-profissional de professores. São Leopoldo: Oikos, 2023. p. 97-111. E-book.

STAINBACK, SUSAN; STAINBACK, WILLIAM. *Inclusão*: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

e-ISSN: 2177-8183

SMITH, Deborah Deutsch; TYLER, Naomi Chowdhuri. Effective inclusive education: equipping education professionals with necessary skills and knowledge. Prospects, Paris, v. 41, n. 3, p. 323–339, 2011. DOI: 10.1007/s11125-011-9207-5.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

Submetido em setembro 2025
Avaliado em março 2026
Publicado em abril 2026